PROJETO DE LEI Nº 3.936 , DE 18 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprova:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar o credenciamento de farmácias comuns, de manipulação e drogarias interessadas em disponibilizar medicamentos à população residente no Município, visando a assegurar o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde.

Parágrafo único . Os medicamentos a serem disponibilizados serão autorizados em listagem regulamentada pelo Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saúde, a preços certos publicados previamente.

Art. 2º As farmácias e drogarias entregarão aos munícipes residentes os medicamentos constantes nos receituários fornecidos pelo serviço de saúde de Timóteo, posteriormente, serão pagos pelo Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo obrigatoriamente deverá providenciar:

I – elaboração e disponibilização de listagem de produtos a serem dispensados e manipulados, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde, bem como utilizar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUNE já existente como norteadora das medicações halopáticas a serem cedidas através das farmácias populares;

II – elaboração de pesquisa de preços, para levantamento dos valores a serem praticados;

III – credenciamento da rede local de farmácia e drogarias interessadas em aderir ao programa, através de procedimento público amplamente divulgado.

§ 2º A pesquisa de preços, descrita no inciso II do § 1º do presente artigo, deverá garantir que os preços fixados pelo Poder Público sejam compatíveis com os preços a serem alcançados em processo licitatório, bem como que sejam inferiores aos valores apresentados pela tabela CMED/ANVISA ou outras que venha substituí-la.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá, sem prejuízo do disposto nesta Lei, disponibilizar medicamentos e outros insumos, diretamente a população, quando comprovado maior benefício ao interesse público.

Art. 4º As ações de que trata esta Lei serão executadas sem prejuízo do abastecimento e distribuição de todos os medicamentos já existentes e dispensados normalmente na rede pública municipal atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2016

Adriano Alvarenga
Vereador

JUSTIFICATIVA

O fornecimento de medicamentos é um desdobramento do direito fundamental à saúde para os cidadãos. A Constituição Federal garante aos indivíduos o direito social à saúde (art.6º) ao passo que impõe o dever ao Estado em garantir tal direito por intermédio de políticas sociais e econômicas às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação com acesso universal e igualitário (art.196).

Nesse sentido, a Lei Federal nº 8080/90 (Lei SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, prevê que a atuação do Sistema Único de Saúde está a execução “de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica” (art. 6º, I, d).

Diante de incontestável obrigação do Estado em promover o direito à saúde, inclusive a prescrição e o fornecimento de medicamentos por intermédio das unidades de saúde, é importante destacar que no município de Timóteo há uma considerável omissão em relação à execução de serviços de farmácia de manipulação, destinados à efetivação das reconhecidas técnicas de homeopatia e fitoterapia.

A implantação de farmácias de manipulação possibilitará o atendimento de pacientes crônicos e que tem o custo elevado, através da inclusão de medicamentos não existentes na rede básica de saúde, ampliando os benefícios para a população que não tem condições de comprar estes remédios, inclusive contribuindo para a diminuição da ingesta de vários medicamentos de uma só vez, o que fará com que ocorra uma maior adesão (aceitação do paciente ao seu tratamento, inclusive dos mais idosos).

E ainda, implantando farmácias de manipulação, o município estará integrado à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, instituída pela Portaria nº 971/2006, pelo Ministério da Saúde, órgão legalmente responsável pelas diretrizes gerais do SUS.

Por fim, no que tange aos recursos públicos para implantação de tal serviço e dispensação de tais medicamentos, é notória a possibilidade de redução dos custos em relação aos remédios adquiridos em laboratórios, que nem sempre atendam plenamente as necessidades prescritivas médicas ou que buscam assegurar a classe médica para a dispensação de medicamentos específicos de interesse do laboratório.

Essa municipalidade deve espelhar no exemplo de outros municípios como Blumenau, Rio de Janeiro e Toledo, que implantaram com êxito a farmácia popular, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2016

Adriano Alvarenga
Vereador

PARECER JURÍDICO

De : Procuradoria-Geral da Câmara
Para : Mesa Diretora
Matéria : Projeto de Lei nº. 3.936/2016, que “Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo”.
Autoria : Vereador Adriano Alvarenga
Data : 18/04/16

1- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº. 3.936/2016, que “Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo”.

O Projeto vem instruído com Justificativa e visa autorizar ao Executivo que se proceda ao credenciamento de farmácias comuns, de manipulação e drogarias interessadas e, disponibilizar medicamentos à população timotense, assegurando o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde.

Após análise da proposição, passa-se a uma observação da questão em tela sob o ponto de vista jurídico.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Cuida-se de matéria de caráter autorizativo, o que se pode entender que a efetivação de tal credenciamento estará condicionada ao interesse do Executivo Municipal.

Por esta razão e em face de tal caráter, nos posicionamos favoráveis à regular tramitação da matéria pela Casa.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, por atender a legislação constitucional e infraconstitucional vigente, a Procuradoria opina pela regularidade da matéria, a qual deverá ser submetida ao Egrégio Plenário desta Câmara.

É o parecer, salvo melhor juízo.

ÂNGELO ZULATO
PROCURADOR-GERAL

COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ASSUNTOS DIVERSOS E REDAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA POL; SAÚDE E SANEAMENTO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA E ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS.

PROPOSIÇÃO : Projeto de Lei nº 3.936

DATA : 18 de abril de 2016

EMENTA : Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo.

AUTORIA : VEREADOR ADRIANO ALVARENGA

Vem a exame desta relatoria o supramencionado Projeto de Lei nº. 3.936/2016, que “Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo”.

O Projeto vem instruído com justificativa e visa autorizar ao Executivo proceder ao credenciamento de farmácias comuns, de manipulação e drogarias interessadas e, disponibilizar medicamentos à população timotense, assegurando o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde.

É o que contém a matéria

Cuida-se de matéria de caráter autorizativo, o que se pode entender que a efetivação de tal credenciamento estará condicionada ao interesse do Executivo Municipal.

Analisada sob a ótica constitucional e legal, nada há que impeça sua regular e normal tramitação pela Casa, razão pela qual nos posicionamos favoráveis à sua aprovação.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016

Wladimir Careca

Relator

DE ACORDO COM O VOTO DO RELATOR:

Moacir de Castro

Leanir José de Souza - Zizinho

Reginaldo da FAST

José Vespasiano Vespa

Guaraciaba Gomes Martins Araújo

Leonardo Rodrigues Lelé da Cunha

Leanir José de Souza

José Constantino Coronel

Virgínia Scarpatti

João de Souza Natinho

Fábio Campos Binha

Douglas Willkys

EMENDA Nº 01

Apresentamos ao Projeto de Lei nº 3.936, de 18 de abril de 2016, que *“Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo”*, de autoria do Vereador Adriano Alvarenga, a seguinte

Emenda:

- Dê-se ao inciso III, do artigo 2º, a seguinte redação:

Art. 2º. ...

III – credenciamento de todas as farmácias descritas no art. 1º da presente Lei interessadas em aderir ao programa para formação do cadastro de credenciados do Município de Timóteo, através de procedimento público amplamente divulgado.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2016

José Vespasiano Vespa
Líder do Bloco “Trabalho e Sustentabilidade

Leanir José de Souza
Líder do Bloco “União”

José Constantino Coronel
Líder do PSD

Douglas Willkys
Líder do Bloco “Cidadania”

Guaraciaba Gomes Martins Araújo
Líder do Bloco “Democracia”

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.936 , DE 16 DE MAIO DE 2016

Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprova:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar o credenciamento de farmácias comuns, de manipulação e drogarias interessadas em disponibilizar medicamentos à população residente no Município, visando a assegurar o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde.

Parágrafo único . Os medicamentos a serem disponibilizados serão autorizados em listagem regulamentada pelo Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saúde, a preços certos publicados previamente.

Art. 2º As farmácias e drogarias entregarão aos munícipes residentes no Município os medicamentos constantes nos receituários fornecidos pelo serviço de saúde de Timóteo, os quais serão posteriormente pagos pelo Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo obrigatoriamente deverá providenciar:

I – elaboração e disponibilização de listagem de produtos a serem dispensados e manipulados, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde, bem como utilizar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUNE já existente como norteadora das medicações alopáticas a serem cedidas através das farmácias populares;

II – elaboração de pesquisa de preços, para levantamento dos valores a serem praticados;

III – credenciamento de todas as farmácias descritas no art. 1º da presente Lei interessadas em aderir ao programa para formação do cadastro de credenciados do Município de Timóteo, através de procedimento público amplamente divulgado.

§ 2º A pesquisa de preços, descrita no inciso II do § 1º do presente artigo, deverá garantir que os preços fixados pelo Poder Público sejam compatíveis com os preços a serem alcançados em processo licitatório, bem como que sejam inferiores aos valores apresentados pela tabela CMED/ANVISA ou outras que venha substituí-la.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá, sem prejuízo do disposto nesta Lei, disponibilizar medicamentos e outros insumos, diretamente à população, quando comprovado maior benefício ao interesse público.

Art. 4º As ações de que trata esta Lei serão executadas sem prejuízo do abastecimento e distribuição de todos os medicamentos já existentes e dispensados normalmente na rede pública municipal atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2016

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ASSUNTOS DIVERSOS E REDAÇÃO

Moacir de Castro

Relator

PROJETO DE LEI Nº 3.936 , DE 16 DE MAIO DE 2016

Autoriza o Executivo Municipal a credenciar rede de farmácia municipal para fornecimento de medicamentos à população residente no Município de Timóteo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprovou:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar o credenciamento de farmácias comuns, de manipulação e drogarias interessadas em disponibilizar medicamentos à população residente no Município, visando a assegurar o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde.

Parágrafo único . Os medicamentos a serem disponibilizados serão autorizados em listagem regulamentada pelo Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saúde, a preços certos publicados previamente.

Art. 2º As farmácias e drogarias entregarão aos munícipes residentes no Município os medicamentos constantes nos receituários fornecidos pelo serviço de saúde de Timóteo, os quais serão posteriormente pagos pelo Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo obrigatoriamente deverá providenciar:

I – elaboração e disponibilização de listagem de produtos a serem dispensados e manipulados, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde, bem como utilizar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUNE já existente como norteadora das medicações alopáticas a serem cedidas através das farmácias populares;

II – elaboração de pesquisa de preços, para levantamento dos valores a serem praticados;

III – credenciamento de todas as farmácias descritas no art. 1º da presente Lei interessadas em aderir ao programa para formação do cadastro de credenciados do Município de Timóteo, através de procedimento público amplamente divulgado.

§ 2º A pesquisa de preços, descrita no inciso II do § 1º do presente artigo, deverá garantir que os preços fixados pelo Poder Público sejam compatíveis com os preços a serem alcançados em processo licitatório, bem como que sejam inferiores aos valores apresentados pela tabela CMED/ANVISA ou outras que venha substituí-la.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá, sem prejuízo do disposto nesta Lei, disponibilizar medicamentos e outros insumos, diretamente à população, quando comprovado maior benefício ao interesse público.

Art. 4º As ações de que trata esta Lei serão executadas sem prejuízo do abastecimento e distribuição de todos os medicamentos já existentes e dispensados normalmente na rede pública municipal atendida pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timóteo, 16 de maio de 2016

Moacir de Castro

Presidente

Adriano Alvarenga

1º Secretário